



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

FILIFE VASCONCELOS ROMÃO

**O PERCURSO DAS IDENTIDADES NACIONAIS
ESPAÑHOLA, BASCA E CATALÃ E DOS RESPETIVOS
NACIONALISMOS**

**Abril de 2013
Oficina nº 399**

Filipe Vasconcelos Romão

**O percurso das identidades nacionais espanhola, basca e catalã e dos
respetivos nacionalismos**

**Oficina do CES n.º 399
Abril de 2013**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

Filipe Vasconcelos Romão*

Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

O percurso das identidades nacionais espanhola, basca e catalã e dos respetivos nacionalismos

Resumo: A Espanha das últimas três décadas, graças ao seu modelo territorial de autonomias, apresenta-se como um exemplo particularmente rico de coexistência, numa mesma unidade política soberana, de diversas identidades nacionais. Este artigo pretende abordar esta diversidade, através da análise da evolução da pluralidade identitária espanhola, no período que decorre do alvorecer dos nacionalismos (século XIX) aos primeiros anos do atual regime democrático. Para isso, focamo-nos especificamente no percurso dos três principais nacionalismos a atuar em Espanha (o espanhol, o basco e o catalão) e na forma como, em conformidade com os seus objetivos específicos, contribuíram para fortalecer ou para enfraquecer o Estado-nação espanhol.

Palavras-chave: Nacionalismo, Espanha, País Basco, Catalunha.

Abstract: In the past three decades, thanks to its model of territorial autonomies, Spain presents itself as a particularly rich example of coexistence, in the same sovereign political unit of several national identities. This article aims to approach this diversity by analyzing the evolution of the Spanish plural identities, from the dawn of nationalism (nineteenth century) to the early years of the current democratic regime. Thus, we focus specifically on the course of the three main nationalisms acting in Spain (Spanish, Basque and Catalan) and how, according to their specific goals, they helped to strengthen or weaken the Spanish nation-state.

Introdução

O nacionalismo tem sido uma das forças dominantes nas políticas nacionais e na política internacional desde o século XIX. As unificações de Estados como a Alemanha e a Itália, as duas guerras mundiais ou um conjunto variado e geograficamente disperso de revoluções, que moldaram o sistema internacional tal como o conhecemos, são indelevelmente marcados por fenómenos relacionados com o nacionalismo. Mesmo que, durante a Guerra Fria, o nacionalismo passe a um plano subalterno face ao conflito

* Doutoramento em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra. Professor na Universidade Autónoma de Lisboa. Investigador (pós-doutoramento) na área dos recursos energéticos e das relações entre a União Europeia e o Mercosul no Centro de Estudos Sociais. Exerceu as funções de investigador na Universidade de Deusto (Bilbau, Espanha), onde desenvolveu parte da tese de doutoramento. Foi responsável pela componente prática das cadeiras de Ciência Política e de Direitos Humanos na Universidade de Coimbra (ano letivo 2010/2011).

ideológico que põe frente a frente o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos da América, e o Bloco de Leste, capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a sua importância volta a ganhar relevância com o final deste período. Os processos de desmantelamento das federações soviética e jugoslava foram especialmente importantes para a recuperação do seu protagonismo.

A Espanha das últimas três décadas apresenta-se como um exemplo particularmente rico de coexistência, numa mesma unidade política soberana, de diversas identidades nacionais, com os respetivos nacionalismos (centrípeto e centrífugos) em regime democrático. O interesse deste país enquanto objeto de estudo não se fica, porém, por esta diversidade. A Espanha democrática também tem sido um palco muito rico de conflitualidade entre os nacionalismos presentes. Esta conflitualidade chegou mesmo a materializar-se em violência, no caso do País Basco, por via da ação da ETA, ao mesmo tempo que era canalizada para instituições democráticas descentralizadas. Com toda esta variedade, torna-se possível observar no concreto as diferenças entre os vários tipos de nacionalismo, a forma como se relacionam e as diferenças entre conflitos violentos e conflitos canalizados para vias pacíficas e democráticas.

Efetivamente, têm coexistido diversas formas de nacionalismo em Espanha: vários nacionalismos centrífugos, como o basco, o catalão ou o galego; e um nacionalismo centrípeto, o espanhol. Por diversas ocasiões, o choque entre estas perspectivas divergentes materializou-se em conflitualidade violenta, o que contribuiu para um quadro substancialmente complexo. O percurso dos nacionalismos em Espanha comporta, assim, momentos de violência, que se tornam incontornáveis para a sua análise. Nesta abordagem à pluralidade identitária espanhola, detemo-nos sobre a sua evolução histórica, em especial no período que decorre do alvorecer dos nacionalismos (século XIX) aos primeiros anos do pós-franquismo.

1. Origens de Espanha como Estado-nação e do nacionalismo espanhol

Xosé Núñez Seixas classifica Espanha como um “velho Estado nacional da Europa”, teoricamente datável do século XV (1995: 493). No entanto, não deixa de considerar paradoxal que Espanha fique “claramente retalhada”, no período em que os Estados europeus se consolidam. O mesmo autor julga não ser possível afirmar a “plurinacionalidade” da Espanha de princípios do século XIX, mas sim a sua

“pluralidade étnica”, em paralelo com o que terá existido em França. Não obstante, “o fracasso do processo de construção do Estado nacional espanhol” moderno terá levado à “resistência ativa e consciente dos integrantes [de] grupos étnicos periféricos [...] contra o nacionalismo espanhol apercebido como unificador” (1995: 493-494).

No fim do século XIX, o Estado-nação espanhol é uma realidade social e política. Juan Sisínio Pérez Garzón (2007) compara a reação suscitada pelas diferentes independências latino-americanas, dos anos vinte desse século, com a perda de Cuba, de Porto Rico e das Filipinas, em 1898. Enquanto os primeiros casos não geraram qualquer sentimento de perda, os acontecimentos de 1898 afetaram o sentir nacional espanhol. Segundo o autor, a diferença de atitudes demonstra que, ao longo dessas décadas, se terá desenvolvido a identidade da nação espanhola e, conseqüentemente, uma forma de nacionalismo (2007: 50). Nuñez Seixas vai no mesmo sentido, ao afirmar que as independências do princípio do século XIX foram vistas “pela maioria da população como a perda de alguns territórios do rei, sem que isso afetasse o corpo político espanhol e o cidadão comum” (1999: 20).

Apesar do atraso no desenvolvimento do Estado (especialmente quando comparado com os seus congêneres europeus britânico e francês), é este que acaba por contribuir decisivamente para a afirmação da identidade nacional de Espanha. Mariano Esteban de Vega considera o nacionalismo espanhol inerente ao processo de consolidação do Estado liberal e à definição de política de massas no país (2006: 73). Formalmente, o Estado liberal espanhol tem na primeira Constituição, de 1812, a também chamada Constituição de Cádiz, a sua ata fundacional. À semelhança do que aconteceu com outros processos constitucionais liberais, pela primeira vez, é declarada a nação como base da soberania do Estado.

Sebastián Balfour e Alejandro Quiroga consideram que, como no caso do nacionalismo francês, produto do processo revolucionário, o nacionalismo espanhol também é divisível em progressista e conservador (2007: 45 e 46). A situação ainda se torna mais complexa, se tivermos em conta que há uma terceira via moderada muito forte, o que acaba por pôr em evidência a existência de três grandes famílias. Os progressistas (e, mais tarde, as correntes de esquerda) vão sempre manter-se mais próximos do conceito de nacionalismo cívico, escudando-se numa certa ideia de comunidade política. Paralelamente, conservadores e moderados elaboram e exploram uma mitologia nacionalista, assente numa linha de continuidade imaginária entre os

feitos levados a cabo pelos reinos hispânicos da Idade Média e o moderno Estado-nação espanhol.

Há, porém, uma diferença fundamental na atitude das correntes nacionalistas espanholas e francesas em relação à divisão territorial do poder do Estado. Enquanto os progressistas espanhóis defendem uma maior descentralização do Estado, à semelhança dos conservadores franceses (girondinos), os jacobinos franceses são partidários de uma concentração centralizadora, posição semelhante à do conservadorismo espanhol (Balfour e Quiroga: 2007: 45 e 46). Em matéria de distribuição de poder pelo território, a situação espanhola complexifica-se quando acrescentamos que os movimentos carlistas tradicionalistas (corrente antiliberal e absolutista) eram contrários à centralização do poder, o que os colocava, neste ponto, mais próximos dos progressistas do que dos moderados.

No processo de estabelecimento de Espanha como Estado-nação já se vê refletida boa parte dos problemas que a Espanha contemporânea comporta. Juan Pablo Fusi enumera alguns fatores que tornam mais complexa a consolidação desta entidade: desenvolvimento simultâneo de uma consciência nacional espanhola e dos pré-nacionalismos catalão, basco e galego; “nacionalismo sentimental espanhol” débil; atraso no desenvolvimento de estruturas de governo e de administração central; fortes desequilíbrios regionais na evolução da economia espanhola, especialmente com o desenvolvimento industrial da Catalunha, de Biscaia e de Guipúcia (2000: 163). A pouca consistência do Estado e a desarticulação entre o centro e as periferias leva o autor a resumir a Espanha do século XIX como “um país de centralismo oficial, mas de localismo real” (Fusi, 2000a: 165).

Os prenúncios de uma futura relação nacional problemática entre nacionalismo do centro e nacionalismos da periferia parecem lançados pelo fraco impulso nacionalizador e centralizador estatal espanhol. Nuñez Seixas considera que um dos produtos da debilidade do nacionalismo espanhol do século XIX foi, precisamente, “a subsistência de características culturais diferenciadas em vários territórios, nos quais o uso social de idiomas diferentes do castelhano [...] persistiu com muita força” (1999: 31). Só assim se explica que os nacionalismos catalão e basco tenham tido margem para completar as diferentes etapas da cartilha de construção de uma nação moderna: economias regionais relativamente integradas, dinamismo unificador urbano, uma opinião pública articulada, educação regional relativamente homogénea e meios de comunicação de massas (Fusi, 2000a: 213). O caminho ficou então aberto para o desenvolvimento paralelo de outras

identidades nacionais em território espanhol. As que vingam com mais força são a catalã e a basca, não obstante o peso que o nacionalismo galego também irá adquirir, sobretudo do ponto de vista cultural. As fragilidades originárias da construção de Espanha como Estado-nação acabam, assim, por contribuir para novos fatores que poderão acrescentar ainda mais desestabilização ao processo.

2. Bases dos nacionalismos centrífugos catalão e basco

No contexto espanhol, a Catalunha e o País Basco são os dois territórios, cada um a partir de uma perspetiva diferente, nos quais a conjugação de uma identidade nacional (étnica e/ou cultural) com um determinado grau de aspiração política se vai fazer sentir com mais força. Esta conjuntura, acrescida da já citada debilidade no processo de construção do Estado-nação espanhol, servirá de base aos nacionalismos centrífugos catalão e basco. Ignacio Suárez-Zuloaga identifica algumas semelhanças entre as comunidades históricas catalã e basca: posição geoestratégica junto aos dois únicos pontos de passagem para França que não contam com neve no inverno; afluxo de investimento espanhol e estrangeiro no final do século XIX; idiomas próprios, apesar da desigual distribuição geográfica e social de cada um; e ausência histórica do estatuto de reino independente (2007: 18-20).

As géneses dos nacionalismos basco e catalão são, no entanto, muito diferentes. No primeiro, há um predomínio nítido do fator político sobre o cultural, o que não acontece no caso catalão, cujos três fatores determinantes são, de acordo com Juan Pablo Fusi, a língua, o direito e a história (2000a: 214). Historicamente, as três províncias que compõem o atual País Basco espanhol (Biscaia, Guipúzcoa e Álava), juntamente com Navarra, gozaram de estatutos especiais, previstos nos *fueros* (forais), mesmo depois da anexação do Reino de Navarra por Castela, no princípio do século XVI. Os três principais pontos que diferenciavam politicamente estas regiões do resto de Espanha e que, apesar das alterações estatutárias, se mantiveram até finais do século XIX, eram a autonomia fiscal (os impostos eram cobrados por instituições regionais, que, depois, entregavam uma quantia determinada a Madrid); a não obrigatoriedade de contribuir com homens para as fileiras dos exércitos espanhóis; e a capacidade, por parte das autoridades forais, de vetar as normas emanadas de Castela que fossem contrárias aos *fueros* (Suárez-Zuloaga, 2007: 29-38; Ortiz, 2009: 43).

Na Catalunha, a cultura (e por extensão a língua) terá sido o elemento que verdadeiramente serviu de combustível para o arranque de uma nação. A chamada

Renaixença (Renascença), que, como o próprio nome indica, é um movimento que pretende levar a cabo o renascimento cultural catalão, atinge o seu ponto alto na segunda metade do século XIX, coincidindo temporalmente com a explosão dos nacionalismos na Europa. Porém, será necessário o desenvolvimento de uma componente política catalã para, em conjugação com este movimento cultural, conformar um projeto de identidade nacional. O fracasso da experiência federalista da Primeira República espanhola (1873 – 1874) e a derrota definitiva do carlismo (que, apesar de antiliberal, como já referimos, preconizava grandes níveis de autonomia regional, baseados nos direitos históricos estabelecidos pelos *fueros*), em 1876, vão fornecer massa crítica para suprir esta carência política. A tudo isto, há ainda que acrescentar a mudança de paradigma económico que advém com um surto de industrialização modificador da estrutura populacional da região (Nuñez Seixas, 1999: 35).

Por seu lado, o nacionalismo basco, na reta final do século XIX, pela mão de Sabino Arana, fundador do Partido Nacionalista Vasco (PNV), vai catalisar o património histórico-político da região, com o objetivo de criar uma corrente ideológica em linha com o despoletar das nações europeias. As principais marcas deste ‘novo’ nacionalismo serão o tradicionalismo, o integrista católico, o racismo, o antiliberalismo e o anti-espanholismo. Arana pretende um regresso ao que considera ser a verdadeira identidade basca, profundamente ligada ao mundo rural e à espiritualidade católica, na qual só há lugar para os bascos que o sejam por raça e não pelo mero efeito de ter nascido neste território (Granja Sainz, 2009: 18-21). A sua lógica argumentativa é profundamente maniqueísta, identificando Espanha como inimiga dos bascos e como fonte de quase todos os problemas com que estes se debatem (Pablo e Mees, 2005: 10-11). À industrialização e ao modelo liberal espanhol, que leva a uma entrada massiva de mão de obra proveniente de outras regiões do Estado, deve, segundo Arana, responder-se com um modelo basco de ruralidade e de recusa da incorporação destes trabalhadores, que vêm desvirtuar a identidade original (Granja Sainz, 2009: 20-21).

Além desta dialética racial, também se torna evidente que o dinheiro aportado pela burguesia industrial era essencial para o sucesso do projeto (Pablo e Mees, 2005: 18-19). A estratégia independentista, dado o pouco apoio social e financeiro que estava a recolher, acabou por sofrer uma inflexão, quando foi posta de parte para dar lugar a uma via autonomista, reconhecedora da integração do País Basco em Espanha. Com a morte de Arana, o autonomismo e o independentismo passam a coexistir através de uma

fórmula ambígua de compromisso que defende o regresso à situação anterior a 1833 e que vai permitir o crescimento social do PNV (Núñez Seixas, 1999: 51 e 65). Graças a esta ambiguidade, o partido consegue expandir-se para além da Biscaia (onde tinha a sua implantação base), alargando as suas atividades para lá do campo político, através de uma rede de organismos sociais, culturais e desportivos (Granja Sainz, 2006: 127). Esta expansão torna o PNV um partido especialmente abrangente.

Sabino Arana e o PNV criaram e desenvolveram o nacionalismo basco (a título de exemplo, a bandeira basca, denominada *ikurriña*, foi criada pelos familiares de Arana). A penetração do partido no País Basco é de tal forma relevante que, hoje em dia, ainda é a principal força política da região, apesar de ter sido ilegalizado pelo franquismo, o que o obrigou a permanecer na clandestinidade e no exílio durante quase quarenta anos.

No caso catalão, o nacionalismo, como referimos, não se desenvolve a partir dos mesmos pressupostos e não tem um partido que se tenha mantido como grande referência ao longo dos anos. Embora também de tendência conservadora, o principal partido nacionalista catalão do princípio do século XX, a Llega Regionalista, está muito distante do radicalismo do PNV. Fundada em 1901, assenta as suas bases na moderação, no regeneracionismo e no regionalismo. Este movimento vai posicionar-se na vanguarda da defesa da primeira experiência político-institucional da Catalunha contemporânea: a Mancomunidad Catalana. Instituída por decreto, agrupa as quatro deputações da região e é dotada de poucas competências. Entra em funcionamento em 1914, mas a ditadura do general Primo de Rivera (1923-1930) vai aboli-la em 1925. Em paralelo, são suspensas as atividades da Llega Regionalista, bem como as do PNV, no País Basco. Os nacionalismos centrífugos ficam reduzidos à sua dimensão cultural, sendo anuladas as suas vertentes políticas (Palacios Bañuelos, 2005: 60).

3. Primeiras experiências autonómicas e ditadura

A queda da ditadura de Primo de Rivera e a posterior transição da monarquia para o regime republicano e democrático levou a uma reorganização dos nacionalismos basco e catalão. No caso deste último, a mudança é sobretudo ideológica: a Esquerda Republicana de Catalunya (ERC), fundada em 1931, passa a ocupar a posição de principal partido catalão, em substituição da conservadora Llega Regionalista, deslocando o centro gravitacional da política regional para a esquerda. Em relação aos bascos, assistiu-se a uma reunificação do PNV, que, regressando a um nacionalismo mais tradicional, consolida a sua implantação política e social (Núñez Seixas, 1999: 97-

98). Aqui, também surge um partido de esquerda, a Acción Nacionalista Vasca (ANV), que nunca constituirá uma ameaça à posição hegemónica do PNV, mas que tem a vantagem de permitir a clarificação e a ampliação do espectro político-ideológico da região (Granja Sainz, 2009: 51-52). Até aqui, as diferenças entre nacionalistas bascos eram, no essencial, relativas à metodologia de ação e à posição em relação a Espanha e concentravam-se na dinâmica interna do PNV.

Quando o regime monárquico já está à beira do colapso, celebra-se o denominado Pacto de San Sebastián, que tem por base o encontro realizado a 17 de agosto de 1930 entre as principais forças republicanas de Espanha. O acordo cristaliza uma maior integração do nacionalismo catalão na dinâmica política do Estado espanhol. O PNV decidiu não participar na reunião onde se estabeleceram algumas bases de entendimento para a futura república, entre as quais o apoio à autonomia política na Catalunha (Pablo e Mees, 2005: 113). Obviamente, ao autoexcluírem-se, os bascos acabam por prejudicar potenciais ambições autonomistas, aprofundando um fosso que só será superado pelo pragmatismo a que obrigou o combate ao nacionalismo espanhol de Franco, durante a Guerra Civil.

A Segunda República acaba por ser implantada em 1931 e foi o primeiro regime espanhol a procurar dar uma resposta efetiva, embora prudente, à questão dos nacionalismos centrífugos. Esta prudência vê-se refletida na nova Constituição, que entra em vigor nesse mesmo ano e que permite o estabelecimento de autonomias regionais, mediante um complexo processo de aprovação dos respetivos estatutos (Constitución de la República Española, 1931). Estas autonomias foram idealizadas tendo em vista as realidades catalã, basca e galega. Porém, o estatuto autonómico catalão acabou por ser o único aprovado em período de plena normalidade democrática republicana, em 1932. O estatuto basco é aprovado em 1936, já depois de a Guerra Civil eclodir, e, no caso galego, apesar de plebiscitado, o estatuto não chega a obter a necessária aprovação parlamentar, dado o confronto armado que já dividia Espanha (Fusi, 2000a: 249-250).

Não obstante toda a prudência demonstrada pelos homens de Estado que protagonizaram a transição para a Segunda República e a redação do novo texto constitucional, na hora de tratar as questões relacionadas com as identidades nacionais centrífugas, a direita nacionalista espanhola nunca se conformou com a concessão de autonomia política às comunidades com identidade diferenciada. Juan Pablo Fusi chega mesmo a afirmar que o nacionalismo espanhol, com a sua conceção unitarista,

considerava inadmissível a solução constitucional de 1931 (2000a: 255-256). Esta oposição começa a fazer-se sentir de forma mais acentuada quando a Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA), coligada com outros partidos de menor dimensão, ganha as eleições legislativas de 1933 e, embora não tendo a força suficiente para entrar logo para o governo, passa a condicionar as suas políticas, conduzindo a retrocessos nos processos autonómicos então em curso (Preston, 2006: 124-129).

É já num clima de grande radicalização política que a Frente Popular (coligação que engloba partidos e sindicatos da esquerda espanhola e de regiões com aspirações centrífugas) vence as eleições legislativas de fevereiro de 1936, a escassos meses do início da guerra civil (Millares, 1998: 38-39). Nesta fase, os nacionalismos centrífugos basco e catalão já caminham para um alinhamento com a esquerda, dado o termo ‘direita’ ter passado a ser, praticamente, sinónimo de nacionalismo espanhol. Com efeito, a direita extrema as suas posições com a chegada ao poder da esquerda, o que acaba por culminar num levantamento militar, encabeçado pelo general Francisco Franco, a 18 de julho de 1936. O golpe, ao não ser bem-sucedido em todo o território nacional, dá lugar a um período de violento conflito interno, a Guerra Civil, que dura três anos (Preston, 2006: 170-173). À guerra, seguir-se-á uma ditadura de extrema-direita, vincadamente nacionalista e centralista, que resistirá durante quase quarenta anos.

O conflito armado que decorre entre 1936 e 1939 é atravessado por várias dicotomias. Poder-se-ia considerar que as principais foram: democracia/ditadura; esquerda/direita; e nacionalismos centrífugos/nacionalismo centrípeto. Se olharmos para a teia formada por este conjunto de dualidades, deparamo-nos com uma realidade muito complexa, na qual nem sempre encontramos uma lógica linear. A título de exemplo, o nacionalismo basco, predominantemente conservador e de direita, alinha ao lado da esquerda espanhola que, por sua vez, comporta movimentos solidamente democráticos e partidos e sindicatos alinhados com o comunismo soviético de José Estaline. Por outro lado, setores nacionalistas catalães conservadores, até aí de tendência democrática, alinham com os nacionalistas espanhóis do golpista Francisco Franco (Nuñez Seixas, 1999: 113).

O regime franquista, instaurado no período de eclosão da Segunda Guerra Mundial, em pleno apogeu europeu das ditaduras de extrema-direita classificáveis na família dos fascismos em que ele próprio se enquadra (nazismo alemão, fascismo italiano, corporativismo português, entre outras), acaba por vencer a guerra (Loff, 2008:

904). A sua ação e o seu discurso assentam, essencialmente, num nacionalismo espanhol exacerbado, que não concebe nem permite a existência de qualquer nacionalismo alternativo no território do Estado; e num catolicismo ultra-conservador, que cativa uma Igreja Católica que vira os seus interesses postos em causa pelo programa laicizante da Segunda República e pela influência de comunistas e anarquistas na fação republicana, durante a Guerra Civil (Balfour e Quiroga, 2007: 72-76; Botey Vallés, 2007: 232-235). A proibição dos nacionalismos centrífugos e a repressão das suas manifestações políticas e culturais será, assim, uma regra base do Estado nacionalista espanhol ao longo de quatro décadas. Uma das principais materializações deste princípio será a forte centralização territorial, que põe fim aos ténues passos descentralizadores da República (Balfour e Quiroga, 2007: 76).

Deve, no entanto, ressaltar-se que os quarenta anos de franquismo não foram um bloco homogêneo, sem variações ideológicas, políticas, económicas ou sociais. Aos anos de autarcia e isolamento, na sequência da derrota nazi, suceder-se-á um período de forte expansão que advém da abertura económica e da integração do regime no sistema internacional. A Guerra Fria e o combate à ameaça comunista obrigaram a uma mudança de estratégia do bloco ocidental e os Estados Unidos da América acabam por patrocinar o fim do isolamento que transformara Espanha num autêntico Estado pária durante os anos do pós-guerra, chegando, inclusivamente, a estabelecer bases militares no seu território (Preston, 2006: 677-678). Gradualmente, e em detrimento dos velhos fascistas falangistas¹ que tinham sido o grande apoio de Franco durante os primeiros anos do seu consulado, um grupo de tecnocratas ligados à prelatura católica Opus Dei (em franca ascensão de poder na Igreja Católica) consegue impulsionar reformas que abrem portas ao forte crescimento económico, que servirá de base a uma maior abertura social no período final do regime (Balfour e Quiroga, 2007: 80-81). Em relação às

¹ A Falange Española (FE) foi um partido político fundado em 1933 por José Antonio Primo de Rivera, filho do ditador Miguel Primo de Rivera, que chefiou o governo de Espanha entre 1923 e 1930. Assume-se como próximo do fascismo italiano, sem nunca se afirmar abertamente fascista ou nazi, e defende um modelo de Estado corporativista e não democrático, que denomina como “nacional-sindicalista”. Em 1934, funde-se com o movimento radical extremista Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (JONS), formando a Falange Española de las JONS (FEJONS). O partido regista fracos resultados eleitorais durante a Segunda República, não tendo chegado a obter 1% nas últimas eleições livres (fevereiro de 1936), ganhas pela Frente Popular. José António Primo de Rivera é detido antes do deflagrar do conflito, sendo julgado e executado pelas autoridades da República em outubro e novembro de 1936. No princípio da Guerra Civil, a Falange coloca-se ao lado dos sublevados franquistas e começa a cativar mais militantes e voluntários para as suas fileiras para-militares. Em 1937, Franco unifica a FEJONS com o partido carlista *Comunión Tradicionalista*, o que dá lugar à Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FETJONS). Com a vitória na Guerra Civil e a institucionalização do regime franquista, a FETJONS integra o *Movimiento Nacional*, organização que passa a exercer o papel de partido único do regime (Bowen, 2000: 13-55 e Ellwood, 2001: 180-181).

identidades centrífugas, o discurso foi-se sempre mantendo constante, apesar de ser evidente uma maior atividade nacionalista basca e catalã a partir dos anos 1960 (Fusi, 2000b: 164-165).

4. Transição e democracia

A morte de Francisco Franco, em 1975, abre as portas à chamada ‘Transição’, processo através do qual o regime ditatorial, por mecanismos internos, evolui para uma democracia pluralista de tipo ocidental. Ao contrário do que acontecera em Portugal um ano antes, com o golpe militar de 25 de Abril de 1974 a constituir a rutura que pôs fim ao regime ditatorial de Oliveira Salazar e do seu sucessor Marcello Caetano, as forças armadas espanholas constituíam a grande base de sustentação do franquismo (Oliver Olmo, 2007: 219). Qualquer mudança deveria ser levada a cabo num contexto de continuidade num país que tinha bem presente a memória de um violento conflito civil. Esta leitura permitiu a Juan Carlos de Borbón y Borbón, o sucessor designado pelo ditador, a título de rei, nomear, em 1976, Adolfo Suárez, um jovem político que desenvolvera carreira no regime, presidente do governo e encarregá-lo da tarefa de instaurar uma democracia (García Abad, 2005: 180-181). O processo é desenhado de forma a não aparentar qualquer rutura formal que suscitasse reações institucionais violentas: tem início nas Cortes franquistas (parlamento sem qualquer base de representação democrática) com a aprovação de um texto legal que, depois de referendado, a 15 de dezembro de 1976, passaria a ser a Ley 1/1977, de reforma política. Com este procedimento, ficaram abertas as portas para a celebração das primeiras eleições livres em mais de quarenta anos.²

Na sequência das eleições legislativas, em 1977, a redação de uma Constituição assume a centralidade do processo legislativo do novo quadro político. Como na esmagadora maioria dos sistemas democráticos, neste texto ficará plasmado um modelo de Estado. No caso espanhol, isto implicou uma definição da organização territorial e a assunção de posições, por parte dos redatores, em relação aos nacionalismos centrífugas, tão duramente acoissados durante os anos do franquismo. Sebastian Balfour e Alejandro Quiroga classificam o produto deste processo como a “Espanha reinventada” e resumem-no da seguinte forma:

² O referendo nacional à Ley para la Reforma Política é o primeiro ato eleitoral livre e democrático desde as eleições legislativas de fevereiro de 1936. Regista uma participação de 77,72% do eleitorado, que distribuiu o seu voto da seguinte forma: “Sim”, 94,45% dos votos válidos; e “Não”, 2,57% dos votos válidos (Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2012).

A Espanha reinventada na Constituição de 1978 foi uma proeza de engenharia semântica e consenso político, o que levou à difusão da ideia de que os diferentes mitos e imaginários do nacionalismo espanhol e dos nacionalismos subestatais poderiam chegar a coexistir. (2007: 91)

No que concerne à definição identitária e simbólica de Espanha e à nova organização territorial do Estado, as posições alinham-se com naturalidade. Num extremo, encontrava-se a Alianza Popular (AP), composta por quadros franquistas e com uma posição abertamente nacionalista espanhola (ou espanholista). No outro, os nacionalistas bascos e catalães, divididos em moderados e radicais, consoante o grau de aspiração independentista. O vencedor das eleições fora a Unión de Centro Democrático (UCD), uma formação heterogénea em que se inserem quadros franquistas moderados, comprometidos com a transição democrática, e que, ideologicamente, comportava desde liberais a sociais-democratas, passando por democratas-cristãos e conservadores. A constituição da UCD teve como principal objetivo servir de base à manutenção de Adolfo Suárez no poder, uma vez que a sua legitimidade, até esse momento, advinha exclusivamente da sua nomeação pelo chefe de Estado (Morán, 2009: 147-148). Não obstante as suas inúmeras sensibilidades, a posição da UCD também se decanta pelo espanholismo.

Numa primeira fase, os dois principais partidos de esquerda, o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) e o Partido Comunista de España (PCE),³ recentemente regressados à vida pública espanhola, manifestam uma simpatia mais acentuada por uma potencial via federal, em coerência com as linhas programáticas que tinham mantido durante a ditadura franquista, quando se encontravam ilegalizados. Todavia, conforme foi evoluindo o projeto constitucional, estas posições vão-se atenuando e a esquerda espanhola acaba por se ver obrigada a um papel moderador, entre o nacionalismo espanhol, representado pela direita e pelo centro-direita pós-franquistas, e os nacionalismos basco e catalão.

³ A legalização do PCE (banido na sequência da vitória do franquismo na Guerra Civil) representou um dos maiores desafios à viabilidade da 'Transição'. Temendo uma reação das forças armadas, cujas chefias eram abertamente contrárias ao regresso dos comunistas à vida pública espanhola, Suárez conduziu o processo muito discretamente, ao ponto de alguns ministros não estarem a par da decisão. Esta foi comunicada ao país no dia 9 de abril de 1977, no Sábado de Aleluia, provavelmente para aproveitar o período de maior acalmia em Madrid que a Semana Santa proporcionava. Os militares, que passaram a considerar Suárez um traidor, reagiram com alguma violência verbal, mas permaneceram nos quartéis (Morán, 2009: 141-144).

Além de questões políticas concretas, como o sistema territorial ou o reconhecimento da pluralidade linguística, no processo constitucional também se estabeleceu uma discussão conceptual em torno do nacionalismo: os nacionalismos centrífugos queriam ver as respetivas identidades reconhecidas como nações, enquanto os nacionalistas espanhóis recusavam liminarmente esta opção, por entenderem que poderia abrir as portas ao princípio de autodeterminação, algo incompatível com o ‘dogma’ de Espanha como única entidade passível de ser assim classificada. Com múltiplas cedências, acabou por se chegar a uma solução, no mínimo, curiosa, em que se reconhece, por um lado, Espanha como única nação, mas, por outro, a existência de múltiplas “nacionalidades”. Ou seja, são utilizados dois conceitos, muito próximos um do outro, para graduar níveis de identidade dentro do mesmo Estado, com as consequentes materializações políticas que daqui advenham. Veja-se o segundo artigo constitucional:

A Constituição fundamenta-se na indissolúvel unidade da Nação espanhola, pátria comum e indivisível de todos os espanhóis, e reconhece e garante o direito à autonomia das nacionalidades e regiões que a integram e a solidariedade entre todas. (*Constitución Española*, 1978: 1)

Esta definição é, obviamente, uma solução de compromisso. A sua materialização, no plano político, será a organização de Espanha como Estado de autonomias (ou, nas palavras de Jorge Miranda (1994), Estado unitário regional), um meio-termo entre o federalismo, defendido pela esquerda e pelas fações mais moderadas dos nacionalismos centrífugos, e o unitarismo, propugnado pelos nacionalistas espanhóis. Esta ambiguidade permite dar resposta a parte das exigências das ditas regiões históricas (essencialmente a Catalunha e o País Basco), sem enfrentar abertamente os poderes fácticos franquistas que permaneciam ativos, como as forças armadas (Balfour e Quiroga, 2007: 109). É necessário realçar que, apesar do pleno cumprimento das formalidades democráticas, a Espanha deste período continua a ser fortemente tutelada pelas forças armadas que, como já tivemos ocasião de referir, tinham sido a principal base de apoio institucional da ditadura franquista (Bastida Freixedo, 2007: 122). Isto explica que o poder efetivo da Alianza Popular fosse bastante superior ao que seria de supor para um partido com dezasseis deputados em trezentos e cinquenta, em virtude das afinidades políticas informais que tinham transitado do anterior regime.

A nova Constituição acaba por ser aprovada na câmara baixa do parlamento, no dia 31 de outubro de 1978, apenas com catorze abstenções e seis votos contra. Destaque-se que a maioria dos nacionalistas catalães, representados pela coligação *Pacte Democràtic per Catalunya* (PDC), predecessora da *Convergència i Unió* (CIU), votam a favor, mas que todo o PNV se abstém, o que é sintomático da atitude de desconfiança que este partido mantém, e continuará a manter, em relação ao novo sistema constitucional. Em coerência, no referendo nacional de ratificação da Constituição (a segunda consulta popular da Transição), que se celebra a 6 de dezembro do mesmo ano, os nacionalistas moderados bascos mantêm a mesma atitude, apelando à abstenção, enquanto os radicais fazem campanha pelo voto contra. Os nacionalistas moderados catalães, por sua vez, apelam ao voto a favor, enquanto os republicanos da *Esquerra Republicana de Catalunya* (que também voltara à legalidade) apelam ao voto contra, apesar de o seu deputado se ter absterido na votação parlamentar. Não pode deixar de ser notado o paralelismo com a atitude mantida pelos dois nacionalismos moderados no supracitado Pacto de San Sebastián, que abriu caminho à Segunda República: passados mais de quarenta anos e novamente numa fase de transição de regime, o nacionalismo basco persiste na distância em relação a projetos relacionados com Espanha como um todo.

A proposta constitucional acaba por ser aprovada por uma maioria de 88,54% dos eleitores espanhóis,⁴ o que implica a entrada em vigor de um novo modelo de Estado. Ao mesmo tempo que se mantêm símbolos caros ao nacionalismo espanhol e à direita, como a exclusividade de Espanha como nação, as cores da bandeira monárquica e franquista, a *Marcha Real* como hino nacional e a monarquia como forma de governo, reconhece-se a existência de identidades múltiplas e a necessidade de as dotar de formas político-institucionais. No entanto, o processo de democratização territorial não se esgota com a aprovação da Constituição, uma vez que esta, no primeiro parágrafo do artigo 143º, remete a organização de cada comunidade autónoma para o respetivo estatuto de autonomia.

Não obstante a evidente existência de três identidades com características específicas (as chamadas comunidades históricas: a catalã e a basca, com traços mais fortes, e a galega, menos acentuada), o modelo de Estado autonómico abarca todo o

⁴ O referendo nacional ao projeto de Constituição registou uma participação de 67,11% do eleitorado, que distribuiu o seu voto da seguinte forma: “Sim”, 88,54% do total dos votos válidos; e “Não”, 7,89% do total dos votos emitidos (Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2012).

território sem qualquer diferenciação. Foi o chamado “café para todos”, de acordo com a expressão do então ministro para a relação com as regiões, Manuel Clavero, que resume bem a opção tomada de não sublinhar politicamente as diferenças que já existiam de facto (Casanova e Gil Andrés, 2009: 329). A Constituição só previu duas assimetrias: uma, enunciada na disposição transitória segunda, que estabelecia um procedimento para a criação rápida de órgãos autonómicos para as comunidades que já tivessem contado com estatutos de autonomia no passado (recorde-se que a Catalunha e o País Basco tinham chegado a gozar de autonomia durante a vigência da anterior Constituição, enquanto o estatuto galego não chegara a entrar em vigor); e outra, presente na disposição adicional primeira, que consagrava o respeito pelos direitos históricos e forais, numa clara alusão aos territórios basco e navarro, aos seus sistemas fiscais e a algumas normas próprias de direito privado (Balfour e Quiroga, 2007: 112).

A ausência de ruturas no processo de mudança de regime e as concessões simbólicas e constitucionais não foram, contudo, suficientes para aplacar os setores militares mais imobilistas, inconformados com o fim do franquismo. Os anos que se seguiram à ditadura foram de grande atividade violenta, com grupos de extrema-esquerda e de extrema-direita a provocarem centenas de vítimas através de atentados terroristas. São os denominados “anos do chumbo”, nos quais, como veremos abaixo, o nacionalismo radical basco da ETA é particularmente ativo (Domínguez Iribarren, 2006: 290). A sua atuação é um fator de enorme desgaste para o governo de Adolfo Suárez, cada vez mais visto, por uma parte considerável das chefias militares, como o grande responsável pela incapacidade de controlar a violência crescente (Morán, 2009: 254-255).

Estas foram, provavelmente, as principais causas da tentativa de golpe militar de 23 de fevereiro de 1981. Depois de várias ações abortadas ou desarticuladas pelos serviços de informações e mesmo já tendo Suárez apresentado a demissão, um grupo de guardas civis toma de assalto o parlamento espanhol, reunido em sessão destinada à eleição do novo presidente do governo, Leopoldo Calvo Sotelo. Durante várias horas, os deputados ficam sequestrados, ao mesmo tempo que vários oficiais generais hesitam em mobilizar homens para apoiar o golpe. A atuação do chefe de Estado, Juan Carlos de Borbón y Borbón, parece demover os militares, que acabam por lhe manifestar obediência, acima de tudo, por ser o sucessor designado pelo próprio Franco. Os soldados não saem da maioria dos quartéis e os ocupantes retiram do Congresso dos Deputados às primeiras horas da manhã de dia 24. Este foi o estertor do

ultranacionalismo militar espanhol e acaba por não prejudicar a continuidade do funcionamento das novas instituições constitucionais, inclusivamente das autonómicas. Refira-se que o nacionalismo catalão e basco, obviamente, manifestaram a sua total oposição ao golpe, que, a vingar, poderia ter sido um elemento de fortíssima tensão nestas regiões.

Em paralelo, entre 1979 e 1980, os processos de democratização política territorial catalão e basco vão-se desenvolvendo com relativa normalidade, a nível regional, com a aprovação dos novos estatutos, os respetivos referendos⁵ e a correspondente entrada em funcionamento dos órgãos autonómicos. Assim, os nacionalismos moderados adquirem forma política palpável, conquistando o poder, por via eleitoral, em ambas as comunidades.⁶ Ao longo de mais de vinte anos (até 2003, com o regresso em 2010, no caso da CIU, na Catalunha; e até 2009, no caso do PNV, no País Basco), vão deter os governos regionais, passando a contar com a plataforma necessária para tentar levar a cabo o seu programa político. Sebastián Balfour e Alejandro Quiroga consideram mesmo que, “como parte do seu projeto político, os governos catalão e basco utilizaram as instituições à sua disposição para transmitir identidades nacionais alternativas à de Espanha” (2007: 243). Os pontos mais visíveis e polémicos das governações nacionalistas serão as políticas linguística, educativa e cultural, provavelmente fruto da celeridade com que a sua instrumentalização pode produzir resultados efetivos numa identidade nacional em desenvolvimento.

⁵ A 25 de outubro de 1979, são submetidos a referendo regional, no País Basco e na Catalunha, os respetivos projetos de estatuto de autonomia. No primeiro caso, regista-se uma participação de 58,86% do eleitorado, que se distribui da seguinte forma: “Sim”, 94,6% dos votos válidos; e “Não”, 5,4% dos votos válidos. Na Catalunha, participa 59,7% do eleitorado: “Sim”, 88,14% dos votos válidos; e “Não”, 7,76% dos votos válidos (Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2012).

⁶ No dia 9 de março de 1980, celebram-se as primeiras eleições para o parlamento basco, composto por 60 deputados. O PNV obtém 38,1% dos votos e 25 deputados; o braço político da ETA Militar, a coligação Herri Batasuna (HB), 16,55% e 11 deputados; a organização regional do PSOE, o Partido Socialista de Euskadi (PSE-PSOE), 14,21% e 9 deputados; o braço político da ETA Político-Militar, o partido Euskadiko Eskerra (EE), 9,82% e 6 deputados; a Unión de Centro Democrático (UCD), 8,52% e 6 deputados; a Alianza Popular (AP), 4,77% e 2 deputados; e o Partido Comunista de España (PCE), 4,02% e 1 deputado.

A 20 de março do mesmo ano, é eleito o primeiro parlamento catalão (135 deputados) da nova etapa democrática. Os nacionalistas moderados da Convergència i Unió (CIU) ficam em primeiro lugar, com 27,83% e 43 deputados; o parceiro local do PSOE, o Partit dels Socialistes de Catalunya (PSC), 22,43% e 33 deputados; o braço local do PCE, o Partit Socialista Unificat de Catalunya (PSUC), 18,77% e 25 deputados; os representantes locais do partido de Adolfo Suárez, Centristes de Catalunya-UCD (CC-UCD), 10,61% e 18 deputados; a Esquerra Republicana de Catalunya (ERC), 8,9% e 2 deputados; e o Partido Socialista de Andalucía – Poder Andaluz (PSA-PA), 2,66% e 2 deputados (Departamento de Interior – Gobierno Vasco, 2011 e Departament de Governació i Relacions Institucionals – Generalitat de Catalunya, 2012).

Independentemente das suas especificidades constitucionais e legais, até ao fim de 1983, será aprovado um total de dezassete estatutos de autonomia de outras tantas comunidades. Ao contrário do que se poderia pensar em relação a comunidades sem uma base histórica e cultural consistente, assiste-se a uma assimilação generalizada do novo sistema e a uma tentativa de acompanhar, em muitos aspetos, as exigências catalãs e bascas. Esta situação vai gerar, rapidamente, um conjunto de novas realidades políticas regionais que serão secundadas pelas respetivas sociedades, forjando identidades, com símbolos e instituições próprios, que acabam por ser incorporadas pela cidadania, apesar de não beneficiarem do peso histórico nacional da Catalunha, do País Basco ou mesmo da Galiza.

5. Violência dos nacionalismos centrífugos

A relação entre nacionalismo e violência política está presente na realidade espanhola há várias décadas. Uma das expressões mais claras de utilização da violência sob a capa de um discurso identitário foi, sem dúvida, a Guerra Civil de Espanha, na qual uma parte afirmava abertamente o seu nacionalismo espanhol e o seu anti-nacionalismo centrífugo. Uma das divisões que atravessava este conflito era, precisamente, a dicotomia entre o centralismo espanhol e as aspirações centrífugas basca e catalã. No período subsequente à guerra, Francisco Franco eliminou quase todos os focos de resistência armada interna e ergueu um modelo de Estado centralizado e sem qualquer espaço para a afirmação nacional periférica (Balfour e Quiroga, 2007: 76-77). Podemos afirmar que a instituição e a consolidação do franquismo põem termo à violência manifestada ao longo da Guerra Civil. Por sua vez, a violência emanada pela repressão deste regime tem o seu fim com a normalização democrática de final dos anos 70 do século XX. Contudo, há uma manifestação de violência política nacionalista que se foi mantendo em atividade ininterrupta (excetuando alguns períodos de cessar-fogo) desde a ditadura franquista e que só muito recentemente, a 20 de outubro de 2011, anunciou o fim das suas operações armadas: a do nacionalismo radical basco.

Com efeito, se, ao longo do franquismo, apesar da repressão e da centralização do Estado espanhol, as várias fações do nacionalismo catalão sempre optaram por manifestar as suas aspirações políticas de forma pacífica, o mesmo não pode ser dito em relação ao nacionalismo basco. Em 1959, um grupo de dissidentes da Eusko Gaztedi Indarra (EGI – Força Juventude Basca), organização de juventude do PNV, funda a Euskadi Ta Askatasuna (ETA – País Basco e Liberdade). O novo movimento pretende

levar a cabo uma luta de libertação nacional mais radical e não sujeita às restrições democráticas impostas pelo nacionalismo tradicional. Gradualmente, em coerência com o maior protagonismo que as ideologias de esquerda passam a ter no âmbito das lutas anticoloniais, o marxismo-leninismo ganhará mais peso no interior da ETA, em detrimento de um posicionamento estritamente nacionalista (Suárez-Zuloaga, 2007: 151).

A primeira ação armada da organização, a tentativa de fazer descarrilar um comboio de voluntários franquistas que iam celebrar o aniversário do golpe militar de 1936, tem lugar a 18 de julho de 1961 e é organizada com tantas precauções que não produz quaisquer vítimas (Garmendia, 2006: 106). Em 1968, por sua vez, ocorrem as primeiras ações com vítimas mortais. A primeira não se trata de um atentado planejado: a 7 de junho, é morto a tiro um elemento da Guarda Civil que manda parar um carro, por excesso de velocidade, onde seguiam elementos da organização. Poucas horas depois, um destes homens é morto pela Guarda Civil e o outro é preso. A segunda ação, o assassinato do chefe da polícia política Brigada de Investigación Social, em San Sebastián, Melitón Manzanos, a 2 de agosto, obtém grande visibilidade e desencadeia uma resposta muito dura, que inclui centenas de detenções e a declaração do estado de exceção (Jáuregui, 2006: 247). A partir deste momento, a violência traça definitivamente a linha divisória entre as duas vias que o nacionalismo basco vai seguir quase até aos dias de hoje: a radical da ETA e da sua envolvente e a moderada e democrática do PNV e dos seus aliados (Segura, 2009: 33-36). Ainda durante a ditadura, o atentado mais mediático da organização é a colocação de uma bomba, em 1973, numa rua de Madrid, que provoca a morte do então presidente do governo e braço direito de Franco, o almirante Luis Carrero Blanco.

Ao contrário do que se poderia esperar de uma organização que assentava grande parte da sua estratégia e das suas reivindicações no combate à ditadura, a ETA resiste à queda do franquismo, apesar de algumas divisões internas que dão lugar a cisões. Nem o novo sistema territorial, que instituiu um elevado grau de autonomia no País Basco e que materializou boa parte das aspirações nacionalistas da organização, se revelou útil à pacificação. Tudo isto conduziu a uma situação paradoxal, com a violência a aumentar exponencialmente nos primeiros anos da democracia.

No período democrático, o nacionalismo catalão também teve uma vertente radical e violenta: a organização Terra Lliure (Terra Livre), fundada em 1979. Porém, a sua atividade será efémera, provocando três vítimas mortais, duas das quais

operacionais do movimento (um abatido pela polícia e outro a manusear explosivos). Depois de dezenas de ações ao longo dos anos 1980, a forte pressão policial e judicial do Estado espanhol conduz à dissolução da Terra Lliure, anunciada a 11 de setembro de 1995 (Balcells, 2008: 155). Antes disto, já vários militantes tinham renunciado à violência e integrado a Esquerda Republicana de Catalunya. Em 1996, os antigos membros da organização são indultados pelo governo (González, 2008: 92-93).

Conclusão

A história recente de Espanha, com o pluralismo identitário que comporta, ilustra bem a enorme complexidade e a importância determinante que a relação entre Estado, nação e nacionalismo pode adquirir. O exemplo espanhol, ao longo do último século, demonstra-nos a importância que a identidade nacional adquiriu como base do Estado: o facto de Espanha dispor de uma realidade plural, consubstanciada na existência de diferentes identidades e nacionalismos no território da mesma unidade política, dificultou todo o processo de expansão e de consolidação do Estado-nação. Esta conjuntura refletiu-se na evolução do quadro político do país, através da persistência constante de conflitualidade violenta de justificação identitária, ao longo de várias décadas: Guerra Civil, franquismo, conflito basco. Neste artigo, ficou patente que a pluralidade espanhola não é produto da Constituição de 1978, mas sim de processos prévios que favoreceram o desenvolvimento de identidades, nacionalismos e unidades políticas.

Referências bibliográficas

- Balfour, Sebastian; Quiroga, Alejandro (2007), *España reinventada. Nación e identidad desde la Transición*. Barcelona: Ediciones Península.
- Balcells, Albert (2008), *Llocs de memòria dels cataláns*. Barcelona: Edicions Proa.
- Bastida Freixedo, Xacobe (2007), “La senda constitucional. La nación española y la constitución”, in Carlos Taibo (org.) *Nacionalismo español. Esencias, memoria e instituciones*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 113-158.
- Botey Vallés, Jaume (2007), “Iglesia Católica y nacionalismo español”, in Carlos Taibo (org.) *Nacionalismo español. Esencias, memoria e instituciones*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 231-265.

- Bowen, Wayne H. (2000), *Spaniards and Nazi Germany*. Columbia: University of Missouri Press.
- Casanova, Julián; Gil Andrés, Carlos (2009), *Historia de España en el siglo XX*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Constitución de la República Española* (1931), “Congreso de los Diputados”, consultado a 01.07.2012, em http://www.congreso.es/constitucion/ficheros/historicas/cons_1931.pdf.
- Constitución Española* (1978), “Boletín Oficial del Estado”, consultado a 01.07.2012, em <http://www.boe.es/legislacion/enlaces/documentos/ConstitucionCASTELLANO.pdf>.
- Departament de Governació i Relacions Institucionals – Generalitat de Catalunya (2012), “Elecciones”, consultado a 07.02.2012, em www.gencat.cat/governacio-ap/eleccions.
- Departamento de Interior – Gobierno Vasco (2011), “Elecciones en Euskadi”, consultado a 05.02.2012, em <http://www.euskadi.net/elecciones>.
- Domínguez Iribarren, Florencio (2006), “El enfrentamiento de ETA con la democracia”, in Antonio Elorza (org.), *La historia de ETA*. Madrid: Temas de Hoy, 273-435.
- Ellwood, Sheelagh (2001) *Historia de la Falange Española*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Esteban de Vega, Mariano (2006), “El nacionalismo español, 1878-1936”, in Jean-Louis Guereña e Manuel Morales Muñoz (orgs.), *Los nacionalismos en la España contemporánea. Ideologías, movimientos y símbolos*. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 73-86.
- Fusi, Juan Pablo (2000a), *España. La evolución de la identidad nacional*. Madrid: Espasa Calpe.
- Fusi, Juan Pablo (2000b), “La reaparición de la conflictividad en la España de los sesenta”, in Joseph Fontana (org.), *España bajo el franquismo*. Barcelona: Editorial Crítica, 160-169.
- García Abad, José (2005), *Adolfo Suárez. Una tragedia griega*. Madrid: La Esfera de los Libros.
- Garmendia, José María (2006), “ETA: nacimiento, desarrollo y crisis”, in Antonio Elorza (org.), *La historia de ETA*. Madrid: Temas de Hoy, 83-170.
- González, Patricia (2008), “Terra Lliure: ‘Visca la lluita armada’”, in Victoria Prego (org.), *El camino de la libertad (1978-1998)*, 4. Madrid: Biblioteca El Mundo, 82-93.

- Granja Sainz, José Luis de la (2006), “El nacionalismo vasco: Sabino Arana y el Partido Nacionalista Vasco (1876-1931)”, in Jean-Louis Guereña e Manuel Morales Muñoz (orgs.), *Los nacionalismos en la España contemporánea. Ideologías, movimientos y símbolos*. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 115-136.
- Jáuregui, Gurutz (2006) “ETA: orígenes y evolución ideológica y política”, in Antonio Elorza (org.), *La historia de ETA*. Madrid: Temas de Hoy, 173-270.
- Loff, Manuel (2008), *O nosso século é fascista!* Porto: Campo das Letras.
- Millares, Sergio (1998), *España en el siglo XX*. Madrid: Editorial Edinumen.
- Ministerio del Interior – Gobierno de España (2012), “Infoelectoral”, consultado a 05.02.2012, em <http://www.infoelectoral.mir.es>.
- Miranda, Jorge (1994), *Manual de Direito Constitucional – Tomo III*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Morán, Gregorio (2009), *Adolfo Suárez. Ambición y destino*. Barcelona: Editorial Debate.
- Núñez Seixas, Xosé (1995), “Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente”, *Análise Social*, 30(131-132), 489-526.
- Núñez Seixas, Xosé (1999), *Los nacionalismos en la España contemporánea (siglos XIX y XX)*. Barcelona: Edicions Hipòtesis.
- Oliver Olmo, Pedro (2007), “El nacionalismo del ejército español”, in Carlos Taibo (org.) *Nacionalismo español. Esencias, memoria e instituciones*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 213-230.
- Ortiz, José María (2009), “Fueros, identidades sociales y guerras carlistas”, in Luis Castells e Arturo Cajar (orgs.), *La autonomía vasca en la España contemporánea (1808-2008)*. Madrid: Marcial Pons, 25-52.
- Pablo, Santiago de; Mees, Ludger (2005), *El péndulo patriótico. Historia del Partido Nacionalista Vasco (1895-2005)*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Palacio Buñuelos, Luis (2005), *La España plural: nación, nacionalidades y regiones*. Madrid: Universitas.
- Pérez Garzón, Juan Sisnio (2007), “España: de nacionalismo de estado a esencia cultural”, in Carlos Taibo (org.), *Nacionalismo español. Esencias, memoria e instituciones*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 49-73.
- Preston, Paul (2006), *Franco. “Caudillo de España”*. Barcelona: De Bolsillo.

Segura, Antoni (2009), *Euskadi. Crónica de una desesperanza*. Madrid: Alianza Editorial.

Suárez-Zuloaga, Ignacio (2007), *Vascos contra vascos*. Barcelona: Editorial Planeta.